



HT-188



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**TEMA: Movimento Cooperativo em Moçambique no Pós-Independência: A cooperativa agro-pecuária 16 de Junho como modelo de resistência às mudanças políticas e económicas -1980 até a actualidade.**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane.

Ivone Virgílio

Maputo, Novembro de 2005

HT-188

R. E. 31229  
DATA 03.10.2006  
AQUISIÇÃO oferta  
COTA

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TEMA: **Movimento Cooperativo em Moçambique no Pós-Independência:**

A cooperativa agro-pecuária 16 de Junho como modelo de resistência às mudanças políticas e económicas

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane

U.E.M. - F.L.C.S.  
R. E. ....  
DATA .....  
AQUISIÇÃO .....  
COTA .....  
.....

Presidente	Juri Supervisor	Oponente	Data
<i>Mário Paulo Colla</i>	<i>Guilherme</i>	<i>Yuseuf</i>	<i>25/03/06</i>

U.E.M. - F.L.C.S.  
R. E. *31229* .....  
DATA *03/04/06* .....  
AQUISIÇÃO *Ofata* .....  
COTA *HT-188* .....

	<b>Índice</b>
Resumo.....	III
Declaração.....	IV
Dedicatória.....	V
Agradecimento.....	VI
Lista de Abreviaturas.....	VII
Cronologia.....	VIII
I. Introdução.....	1
1.1. Objecto de estudo.....	2
1.2. Objectivo principal.....	2
1.2.1. Objectivo específico.....	2
1.3. Motivação e Justificação.....	2
1.4. Hipóteses.....	3
1.5. Metodologia.....	3
1.6. Revisão Bibliográfica.....	5
1.7. Apresentação da Estrutura do Trabalho.....	7
Capítulo II.....	10
Contexto do Movimento Cooperativo no Mundo e em Moçambique .....	10
2.1. Introdução.....	10
2.2. Conceito Cooperativa.....	10
2.3. O Movimento Cooperativo no Mundo e em Moçambique até 1975.....	14
2.4. Movimento Cooperativo em Moçambique no Pós independência.....	14
2.4.1. Abandono dos Colonos e o Período de Transição.....	14
2.4.2. 1975-1977, da proclamação da Independência ao III Congresso da Frelimo.....	14
2.4.3. 1977 – 1983, do III Congresso ao IV Congresso da Frelimo.....	15
2.4.4. 1983-1987, do IV Congresso até ao PRE.....	16
2.4.5. De 1987 em diante.....	17
Capítulo III.....	19
3.1. Introdução.....	19
3.2. Cooperativa 16 de Junho um modelo resistência : Periodização.....	19
3.3. Estrutura e funcionamento interno da cooperativa, 198-1994.....	22
3.4. Actividades.....	24
3.5. Aplicação dos resultados de Trabalho.....	26
3.6. A nova Cooperativa: factores de reactivação.....	26
3.4.1. Membros e composição social.....	30
3.4.2. Questão do Género.....	32
IV. Considerações Finais.....	36
V. Bibliografia.....	37
VI. Anexos	
i. Guião de entrevista.....	Anexos I
ii. Lista de Tabelas	

Tabela.1.1. Nível de escolaridade dos membros da Cooperativa em 1985.....	Anexos II
Tabela 3.1. Rendimentos da cooperativa em MZM, 1988-1993.....	Anexos II
Tabela3.2. Dinâmica dos membros.....	Anexos II
Tabela 3.3 Número de alfabetizando e seu aproveitamento pedagógico.....	Anexos II
iii. Legislação.....	Anexos III
iv. Folha de Salários.....	Anexos IV

## Resumo

A cooperativa agro-pecuária 16 de Junho foi fundada no contexto da implementação da política agrária adoptada pelo governo da RPM no período pós-independência.

Esta cooperativa enquadra-se na estratégia de produção das Zonas Verdes definida por Samora Machel em 1980, ao abrigo da Lei das cooperativas 9/79 de 10 de Julho e do estatuto tipo. Foi oficializada em 1980.

O Movimento cooperativo em Moçambique atravessou problemas ligados às mudanças políticas e económicas, como o Plano de Acção Económica em 1983, liberalização de preços em 1985, PRE em 1987, PRES em 1990 e do PROAGRI no quinquénio 1995-1999. Associavam-se as calamidades naturais e a guerra desestabilização.

Nestas dificuldades a Cooperativa 16 de Junho adoptou, a partir de 1994 modelos de exploração que passaram a priorizar a exploração familiar das terras, mantendo viva a estrutura da cooperativa. Por isso esta cooperativa pode ser considerada um modelo ímpar de resistência ou de sobrevivência.

Nesta resistência destacam-se vários factores que directa ou indirectamente contribuíram para a manutenção da estrutura da cooperativa, nomeadamente:

- A localização geográfica
- Garantia de mercado
- Acesso à terra
- Acesso a apoios, destacando se mais o apoio da UGC

Para além destes factores, esta cooperativa tem merecido destaque por constituir um dos exemplos do modelo de exploração das Zonas Verdes.

## **D e c l a r a ç ã o**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, constitui resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes usadas.

## **Dedicatória**

Dedico esta dissertação ao meu falecido pai e minha mãe pela força e apoio moral.

À minha tia pelo apoio material e encorajamento, a todos os meus familiares em geral.

Ao meu esposo e minhas filhas que sempre estiveram do meu lado enfrentando as mesmas dificuldades.

## Agradecimentos

Esta dissertação foi possível graças ao apoio de várias pessoas, as quais mando o meu profundo agradecimento:

Ao supervisor do estudo, prof. Dr Gerhard Liesegang, aos membros da Cooperativa 16 de Junho nomeadamente, Sr.<sup>as</sup> Isilda Nhanombe, pelas facilidades no acesso a vários documentos de arquivo e aos amigos Sérgio Duarte, Policárpio Mapengo, pela indispensável contribuição na superação das dificuldades.

## Lista de Abreviaturas

- AMETRAMO- Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique
- ACP- África Caraíbas Pacífico
- BM-Banco Mundial
- BPD-Banco Popular de Desenvolvimento
- CNAC-Comissão Nacional das Aldeias Comuns
- CEA-Centro de Estudos Africanos.
- DINAPROC- Direcção Nacional de Produção Colectiva
- FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
- FMI- Fundo Monetário Internacional
- GODCA- Gabinete de Organização de Direcção da Cooperativas Agrícolas
- GZV-Gabinete das Zonas Verdes
- MA- Ministério da Agricultura
- OMM- Organização da Mulher Moçambicana
- ONG – Organização Não Governamental
- PPI- Plano Prospectivo Indicativo
- PRE-Program de Reajustamento Estrutural
- PRES-Programa de Reabilitação Económica e Social
- RPM-República Popular de Moçambique
- UGC- União Geral das Cooperativas
- UNAC-União Nacional dos Camponeses
- UZ-União da Zona
- UNICEF-Fundo das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura

## CRONOLOGIA CONTEXTUALIZADA

1975.

Fevereiro - 1ª Reunião Nacional dos Comités Distritais que enfatiza a ideia do trabalho colectivo

Maio - 1ª Seminário Nacional da agricultura em Marrupa

Julho - Conselho de Ministros ratifica as palavras do presidente da república Samora Machel, na viagem do Rovuma ao Maputo

1976

Fevereiro - 8ª sessão do Comité Central da FRELIMO onde foi elaborado o documento que institucionaliza o modelo das aldeias comunais

Março - num grandioso comício o PR nacionaliza todos os prédios urbanos de rendimento e institui o controlo político urbano fundando bairros comunais e cooperativas de consumo

Abril - criação da DINAPROC ( Direcção Nacional da Produção Colectiva)

Criação dos Conselhos de Produção, marcando início do colectivismo nas unidades industriais

1977

Realização do III Congresso da FRELIMO, onde foram produzidos documentos base que continham os princípios de desenvolvimento do país e orientação sócio-económica, a ser implementada, que recomenda a socialização do campo

1978

Fundação da CNAC, que se responsabilizaria pelas aldeias comunais e coordenação das cooperativas

Março - realização de 1ª Conferência Nacional de Planificação

O Secretariado da Política Económica reafirma a importancia do sector cooperativo

Junho realização do 3º conselho agrário no qual revela-se a falta de coordenação entre os órgãos do estado e partido

Agosto realização do 4ª sessão do comité central que culminou com o afastamento do Ministro da Agricultura

1979

Criação da GOCDCA

1º Conselho da GOCDCA, que define o perfil e a situação do movimento cooperativo

Ratificada a lei das cooperativas, lei 9/79 de 10 de Julho.

Aprovação do PPI

1980

Criação do Bloco I da Cooperativa 16 de Junho

Criação do Gabinete das Zonas Verdes

Março - 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais

Agosto 2º conselho conselativo do GOCDCA

1981

Criação no Gabinete da Zonas Verdes o Departamento de Apoio às Cooperativas.

A Cooperativa 16 de Junho começa a receber apoios da Casa Agrária e do GZV

1982

Criação da União Geral das Cooperativas

Março - 1ª Conferência Nacional do partido

1983

IV congresso da FRELIMO, que marca uma viragem na estratégia de desenvolvimento

Criação do Bloco II na Cooperativa 16 de Junho

Liberalização dos preços de hortícolas, frutas e vegetais

Os cooperativistas começam a desenvolver o sector familiar paralelamente com o sector colectivo

1984

Adesão de Moçambique aos órgãos financeiros internacionais, como BM e FMI

Abertura de uma crèche infantil na Cooperativa

1985

Introdução da alfabetização para os cooperativistas

1987

Introdução do PRE

A Cooperativa entra em crise, os cooperativistas abandonam o trabalho colectivo, dedicando-se apenas à produção individual

1994

Reactivação da Cooperativa usando novos moldes (exploração da terra pelo sector familiar)

2000

Registo de uma grande cheia, que afectou as machambas do Vale do Infulene, provocando uma desestruturação no uso das terras.

## I. INTRODUÇÃO

### 1.1. Objecto de Estudo

O presente trabalho sobre a Cooperative Agrícola 16 de Junho é um estudo de caso do movimento cooperativo em Moçambique no período pós independência. Trata-se de uma das cooperativas que ainda sobrevivem em 2005.

Será discutida, como objecto de estudo, a problemática da sobrevivência das cooperativas agrícolas, os problemas atravessados por estas entidades económicas, portanto, ao nível das mudanças políticas, económicas e sociais, por todo o período da sua existência.

A História de Moçambique no período pós-independência é muito complexa, particularmente, em relação às políticas económicas, onde o movimento cooperativo é enquadrado. A Cooperativa 16 de Junho é um exemplo deste processo histórico. Ela torna-se mais destacável porque de certa forma ela conseguiu adaptar-se e sobreviver em novos contextos.

O estudo vai abordar a Cooperativa 16 de Junho desde a sua criação (1980) até 2005. Mas para melhor acompanhamento do processo do surgimento do movimento cooperativo, analisaremos o período que antecedeu o surgimento do movimento cooperativo em Moçambique depois da independência.

A Cooperativa possui uma estrutura organizacional muito forte. Esta estrutura constitui um dos motivos que permitiu a sua estabilidade. Os exemplos desta organização foram observados, tanto ao nível da hierarquia, na relação entre os membros e na repartição dos resultados do trabalho.

## **1.2. Objectivo principal**

- Com esta dissertação pretende-se explicar os factores que contribuíram para a resistência da Cooperativa agró-pecuária 16 de Junho às mudanças de políticas económicas em Moçambique.

### **1.2.1. Objectivos específicos**

De forma específica o estudo pretende :

- Analisar a relação entre as directivas do III Congresso da Frelimo de 1977 e o surgimento da Cooperativa 16 de Junho.
- Explicar o processo de transição da produção colectiva à produção individual
- Avaliar a eficácia do novo modelo de produção

## **1.3. Motivação e Justificação**

A escolha do tema foi motivada, por um lado, pelo facto de não existir um trabalho de pesquisa em História sobre o vale de Infulene em geral, embora representa um forte potencial agrícola na província de Maputo, em particular, sobre a Cooperativa 16 de Junho. Esta cooperativa explora grandes extensões de terra no vale de Infulene.

Por outro lado, pesou o reconhecimento pelo valor da agricultura no nosso país, como também a importância da exploração das terras do Vale para fins agrícolas pelos residentes da cidade de Maputo e do Município da Matola.

Esta região garante o fornecimento de hortícolas, tanto para cidade de Maputo assim como para a cidade da Matola, permitindo assim, por um lado, o abastecimento das duas cidade por outro a criação de rendimentos para os camponeses.

#### **1.4. Hipótese**

Para este estudo partimos da seguinte hipótese:

- Embora tenha havido mudanças nas políticas económicas, a cooperativa agró-pecuária 16 de Junho é um modelo de resistência.

#### **1.5. Metodologia**

A presente dissertação é resultado da aplicação de várias técnicas de investigação aplicáveis em Ciências Sociais, tais como:

- a) Exploração de documentos escritos** em arquivos públicos e semi-públicos (relatórios, produzidos pela cooperativa, produzidos ainda pelo Ministério da Agricultura, legislação ligada a cooperativização em Moçambique pós independência e uma vasta literatura temática sobre o assunto) disponíveis e União da Zona, UGC, AHM, Faculdade de Letras, NET, Ministério da Agricultura e CEA.
- b) Exploração de documentos em arquivos privados.** Apesar de terem sido destruídos os arquivos da Cooperativa, foi possível obter alguns documentos escritos em arquivos pessoais de alguns cooperativistas como por exemplo: documentos de contabilidade,

folhas de pagamento de salários e de algumas contas, relatórios anuais, actas de algumas reuniões e registos sobre visitas.

**c) Fontes orais** O trabalho de campo previa a execução de várias entrevistas a 25 pessoas que directa ou indirectamente estiveram ligadas a Cooperativa 16 de Junho, mas apenas 14 aceitaram colaborar conosco prestando declarações. As outras não o fizeram alegando vários motivos. Foram efectuadas entrevistas individuais e colectivas semi-estruturadas e estruturadas. Os conteúdos das entrevistas abrangiam dados pessoais e assuntos ligados à história da cooperativa, 16 de Junho. Estas fontes foram submetidas a várias críticas por se tratar de pessoas que estiveram e/ou ainda estão ligadas a cooperativa.

**d) A Observação** foi fundamental para a execução do nosso trabalho e para a percepção do «clima» de trabalho na cooperativa. Foram observadas várias actividades como cultivo, plantio, combate as pragas, colheitas e transações comerciais dentro da Cooperativa

### **1.5.1. Limitações do trabalho de campo**

Na recolha de informações deparámo-nos com vários obstáculos, tais como:

1. Indisponibilidade de alguns funcionários ligados ao processo de cooperativização em Moçambique, alegando excesso de trabalho.
2. Indisponibilidade de vários membros e ex membros da cooperativa temendo represálias políticas.
3. Idade dos cooperativistas, associado ao baixo nível de escolaridade, o que teve alguma repercussão na qualidade da informação fornecida ver a tabela 1.1.

4. Ausência de arquivos na cooperativa destruídos pelas cheias de 2000.

### **1.6. Revisão Bibliográfica**

Kenneth Hermele(1987), aborda a política agrária e o desenvolvimento do campo em Moçambique, no período entre 1974-1977. O autor aponta como principais factores internos relacionados com a política agrária, tomando como exemplo o Colonato do Limpopo. Apresenta ainda o perfil da actividade agrícola nas vésperas da independência e a resposta do governo no que respeita ao uso da terra e aproveitamento da produção agrícola, que tem como base a colectivização da terra e dos meios de produção e na monopolização do comércio pelo Estado.

O autor analisa a evolução do processo de cooperativização em Moçambique, desde finais da década 50, no Sul de Moçambique, mostra também que o cooperativismo teve a sua implementação, pela Frelimo, com certo êxito, nas zonas libertadas e estabelece uma comparação sábia dos dois processos.

Denise Malauene (2002) analisou o processo de evolução histórica das zonas verdes em Maputo, no âmbito das estratégias de desenvolvimento agrícola definidas pelo governo no pós-independência.

A autora caracteriza ainda as formas de produção existentes, concluindo que existiram várias formas de produção, nomeadamente, produção colectiva, pre-cooperativa e a cooperativa. Nesta abordagem a autora mostra também a organização destes formas de produção e apresenta o funcionamento das relações de género nestes sistemas produtivos.

Para a questão do género, a autora conclui que a mulher adoptou uma estratégia, que de certa forma permite a esta uma participação em pé de igualdade com o homem e/ou mesmo superar a posição masculina, através da sua participação no movimento associativo.

Para a autora a agricultura nas zonas verdes constitui uma estratégia de sobrevivência das produtoras e não uma forma de acumulação de riqueza.

Nesta zona, segundo a autora, verifica-se uma insegurança na posse e exploração de terra, particularmente para o sector familiar, pois grande parte das associações não possuem títulos de propriedade.

Muthemba(1998) analisou a cooperativização agrícola em Moçambique, no pós-independência, através de um estudo de caso da cooperativa de 25 de Setembro de Boane.

O autor demonstra que as medidas políticas implementadas pela Frelimo depois da independência tiveram um impacto positivo para a instalação das cooperativas, tendo sido, já tratado por Adam (1986).

Nesta análise, o autor primeiro reconstrói o processo cooperativo no período colonial, como forma de trazer uma percepção mais ampla do processo, no período pós independência.

Finalmente, o autor discute de forma clara o conceito cooperativa. Propõe *Cooperativa como uma organização voluntária que agrega um grupo de pessoas que querem desenvolver actividades com base na cooperação entre si.*

A.Serra (sd) relaciona a implantação da socialização do campo e os processos históricos de Moçambique. Sustenta que a cooperativização surgiu com implementação do sistema socialista.

O autor sustenta que as dificuldades do período de transição (a crise após os acordos de Lusaka), de certa forma deixaram o país com indicadores económicos muito baixos. O que teria contribuído bastante no posicionamento da Frelimo em relação a posição ideológica tornada oficial em 1977, com o III congresso.

Por isso autor, analisa as principais estratégias de desenvolvimento económico aprovadas no III Congresso. Apresenta também os principais factores que contribuíram para o fracasso destas estratégias, considerando que existiram factores internos, tais como falta de capacidade de meios, falta de quadros qualificados, o início da estabilização económica partindo de indicadores negativos, por causa das sabotagens (a crise do período de transição), e a guerra de desestabilização<sup>1</sup> e os factores externos tais como a sabotagem que a economia moçambicana pelos regimes rodesiano e do Apartheid.

Esta literatura teve um contributo muito valioso na elaboração do quadro teórico e metodológico, porque aborda a problemática das cooperativas de forma específica e traça o quadro geral e histórico da sua origem e relaciona a sua origem em Moçambique com a implementação das políticas do governo do pós-independência.

### **1.7. Apresentação da estrutura do trabalho**

A presente dissertação é constituída por quatro capítulos que se apresentam:

I. Introdução onde apresentamos os principais objectivos do estudo, as principais motivações para escolha do tema, a metodologia usada para a elaboração da dissertação, a revisão da literatura usada para o estudo.

---

<sup>1</sup> Este factor pode ser considerado interno porque a guerra decorreu no espaço moçambicano e contou com intervenção de moçambicanos, como também pode ser considerado externo no sentido de que a guerra satisfazia interesses externos dos regimes rodesianos e do Apartheid.

II. Contexto do movimento cooperativo em Moçambique. Discute a génese das cooperativas no mundo de forma geral e de forma particular mostra como é que o movimento se implanta em Moçambique desde o período colonial. Para tal é apresentada uma periodização, tanto para o período colonial, assim como para o período pós-independência.

Finalmente o capítulo discute alguns conceitos, destacando-se o conceito movimento cooperativo e cooperativa.

III. A Cooperativa 16 de Junho. Apresenta os principais instrumentos legais que criam a Cooperativa agro-pecuária 16 de Junho, analisa a configuração da infra-estruturas, as principais actividades, a aplicação dos resultados do trabalho, mostra ainda quais são as vantagens da sua localização, portanto, na zona suburbana.

É demonstrado também neste capítulo que a cooperativa 16 de Junho é resultado da aplicação das directivas do III Congresso. A sua implatação acompanhou a evolução histórica de Moçambique, por isso, grande parte das fases do movimento cooperativo em Moçambique, podem ser encontradas neste capítulo.

O debate «Cooperativa 16 de Junho modelo de resistência» é apresentado aqui neste capítulo através duma demonstração clara dos factores que facilitaram a resistência às mudanças sócios-políticas e económicas em Moçambique e que culminaram com falência de muitas cooperativas agro-pecuárias.

IV. As considerações finais onde avaliamos se conseguimos antigir os objectivos a que os estudo se propunha antigir. Neste capítulo, é possível observar que os estudo conseguiu provar a hipótese levantada, uma vez que a Cooperativa agró-pecuária 16 de Junho é um

dos exemplos raros de resistência às mudanças políticas e da economia. Por isso pode se dizer que o estudo conseguiu atingir os objetivos a que se propunha alcançar.

## II. CONTEXTO DO MOVIMENTO COOPERATIVO EM MOÇAMBIQUE

### 2.1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se explicar como é que o movimento cooperativo surge em Moçambique. Pretende-se também analisar várias fases do movimento cooperativo no país, tanto no período colonial, como também no pós-independência. Esta abordagem será acompanhada por uma discussão de vários conceitos patentes no estudo.

### 2.2. O Conceito Cooperativa

O conceito variou ao longo do tempo acompanhando a evolução do movimento cooperativo. Existem Cooperativas de produção e de consumo.

Para Makoto Sato, uma cooperativa de produção é uma organização económica de pessoas economicamente dependente que pode ser constituída por trabalhadores que detêm meios de produção ou por pequenos produtores que mesmo tendo meios de produção são confrontados com ameaças de os perder, ou ainda por indivíduos que detem os meios de produção inadequados que procuram superar as insuficiências, actuando colectivamente.

As Cooperativas de consumo têm por função de adquirir produtos de consumo em grande quantidade e distribuir aos sócios

Analisando esta ideia chegamos a conclusão de que o movimento cooperativo sempre esteve associado à incapacidade de agir individualmente e as facilidades que o trabalho em grupo traz aos associados.

Em Moçambique algumas cooperativas combinaram funções de Cooperativas de consumo e de produção com outros aspectos e serviços.

O Governo de Moçambique independente, definiu a Cooperativa como » *uma organização sócio- económica das massas trabalhadoras em livre associações que contribuem com bens ou serviços para a realização de actividades económicas e de ajuda mútua entre os membros, contribuindo para fortalecer a aliança entre os operários e camponeses e para a construção do socialismo*»<sup>2</sup>

A cooperativa é vista como uma forma de luta contra a exploração do homem pelo homem e para a materialização desta pressupõe a socialização dos meios de produção, terra e produção.

A contrariedade entre a cooperativa que se pretendia criar e a realidade fez surgir uma outra concepção da cooperativa para os intervenientes «*consideram a cooperativa como uma machamba que se faz colectivamente cujo resultados da produção se destinam ao apoio de serviços sociais da colectividades administrativas*»<sup>3</sup>

Com a introdução do PRE em 1987 as cooperativas tomaram outro formato, perderam a componente «*uso colectivo de terra e dos meios de produção*», passando cada um a beneficiar do seu próprio trabalho.

### **2.3. Movimento cooperativo no mundo e em Moçambique até 1975**

O movimento cooperativo não aparece como característica da ideologia socialista. Em todo mundo, este movimento surgiu como forma de luta contra a exploração capitalista. Com o triunfo do capitalismo sobre o feudalismo no século XIX, logo verificou-se uma

---

<sup>2</sup> Lei das cooperativas; 1979:5

<sup>3</sup> Casal; 1992:71 Ministério da Agricultura;1982

exploração desenfreada dos trabalhadores com vista a obter grandes lucros, em pouco tempo.<sup>4</sup>

Os trabalhadores, para se defender da ambição capitalista, foram criando organizações que procuravam, de certa forma, reduzir a dependência em relação ao capital e ao patronato e para reduzir os riscos e custos de vida.

Assim foram criadas estruturas com base cooperativa, com vista a facilitar a satisfação das suas necessidades de obtenção de produtos de consumo, matéria prima, instrumentos de trabalho e na comercialização, o que resultou na formação de cooperativas de produção e cooperativas de comercialização respectivamente.

Desta forma, em Moçambique no período colonial, 1929<sup>5</sup>-1975 foram introduzidas as cooperativas como grémio de produtores, com objectivo de lutar pelo reforço das suas posições no mercado e para se oporem a outros interesses dos colonos<sup>6</sup>.

*Numa primeira fase (1911-1945)* o movimento cooperativo em Moçambique era caracterizado por organizações de brancos para conseguir apoios e insenções nos impostos e criar pequenos capitalistas.

*Na segunda fase (1945-1960)* foram introduzidas as primeiras cooperativas de «indígenas» em Chibuto Marracuene, Manhiça, Inhamissa, Zavala, Mueda e Ecolé, com objectivo de criar uma minoria negra no Estado colonial e controlar uma camada de camponeses médios que emergia.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Adam; 1986:55-58.

<sup>5</sup> Através do diploma legislativo nº 132 de 1929, o estado português assumiu o seu papel no apoio as organizações de agricultores integrando-as no figurino de cooperativas.

<sup>6</sup> Ibidem

<sup>7</sup> Muthemba; 1998:25-26, Hermele; 1987:9 Grande parte, ou mesmo todas estas cooperativas faliram mesmo antes da abolição oficial do estatuto de indígena, em 1961.

*Terceira fase que vai até 1975 é caracterizada pelo desenvolvimento de cooperativas exportadoras de bananas, de criação de gado e produção de batata.*

Com a afirmação do socialismo, um sistema sócio-económico que tinha como fundamento a defesa de interesses dos trabalhadores e a luta contra a exploração do homem pelo homem, aproveitou a experiência das cooperativas no sistema capitalista, em vários países para alargar o movimento cooperativo.

#### **2.4. Movimento cooperativo em Moçambique no Período pós-colonial**

Deste modo o cooperativismo que se implementou em Moçambique independente pode se associar a três condicionalismos:

1. Herança da tradição do movimento operário do Séc. XIX e XX no que se refere a Cooperativas de consumo, muitas delas nas zonas urbanas.
2. Como herança colonial, segundo o exemplo acima apresentados, mas já com uma nova componente: a colectivização da terra e dos meios de produção
3. como implementação de orientação ideológica marxista que já vinha demarcando progressivamente durante a luta armada e que só veio a ser oficializada com o III congresso da Frelimo em 1977, que adoptou um sistema económico de planificação centralizada e de exploração colectiva da terra e dos meios de produção.<sup>8</sup>

Considera-se movimento cooperativo a toda dinâmica da implementação do cooperativismo desde a criação das primeiras Cooperativas de consumo e de produção no mundo.

---

<sup>8</sup> Casal;60, Serra;39

#### **2.4.1. Abandono de colonos e o período de Transição**

O avanço da guerra no Centro de Moçambique e o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, precipitaram um êxodo de colonos. Isto, mostra que já na véspera da independência a actividade agrícola estava instável ainda que por esta altura não tivesse começado a retirada de colonos no meio rural.

À assinatura dos acordos de Lusaka, entre as autoridades portuguesas e a Frelimo, a 7 de Setembro de 1974, seguiu-se a um período caracterizado por uma desintegração da base económica, assegurada pela burguesia e pequena burguesia colonial que começa a abandonar massivamente o país. Este abandono fazia-se acompanhar por fuga de capitais, sabotagem, contrabando, destruição de equipamentos e abandono de propriedades.

Estas propriedades abandonadas foram posteriormente transformadas em machambas colectivas, controladas pelo partido-Estado<sup>9</sup>. Isto permitiu eliminar o desejo de certo grupo de moçambicanos (agricultores), que pretendiam substituir os colonos portugueses.

#### **2.4.2. 1975-1977, da proclamação da independência ao III Congresso da**

##### **Frelimo**

Este período enquadrado a partir da realização do Primeiro Seminário Nacional da agricultura em Marrupa a 25 de Maio de 1975, no qual foi oficializada a estratégia das aldeias comunais que seria a base social das cooperativizações no campo<sup>10</sup> e o III

---

<sup>9</sup> Gaspar ; 2001:21

<sup>10</sup> Casal; :59 Muthemba;1998:25

Congresso da Frelimo oficializou e definiu as directivas económicas do desenvolvimento que privilegiam a colectivização através das cooperativas e machambas estatais<sup>11</sup>

#### **2.4.3. 1977-1983, Do III Congresso até ao IV Congresso da Frelimo**

O III Congresso da Frelimo, realizado em 1977, confirmou a estratégia agrária a ser implementada e decidiu prestar apoio especial às Cooperativas de modo a desenvolver-se paralelamente com as machambas estatais, concebidas como instituições fundamentais a dominar e desenvolver o campo.

Este pressuposto foi implementado com a entrada do Secretariado da Política Económica do partido-Estado em 1978 e no mesmo ano foi criada a CNAC<sup>12</sup>.

Um ano depois foi criado o gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (GODCA), pelo decreto lei nº 41/79, subordinado ao Ministério da Agricultura é publicada a lei das Cooperativas 9/79 de Julho de 1979.<sup>13</sup>

O GODCA tinha em vista promover melhor intercâmbio entre as cooperativas e incentivar a unidade entre elas, coordenar a utilização de meios e quadros, incentivar a formação de associações regionais de cooperativas que contribuiriam como embriões nas associações de camponeses. Esta instituição foi criada no âmbito das directivas do III Congresso<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Serra;39 Casal;60-61

<sup>12</sup> Casal; 1988:62

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> Ministério de Agricultura: organização do movimento cooperativo agrário;sd:6

Na implementação das tarefas para que foi criado, o GODCA no seu primeiro conselho, para além de traçar o perfil da situação do movimento Cooperativo definiu 3 tipos de produção colectiva (machambas colectivas, pré-cooperativas e cooperativas)<sup>15</sup>. Logo em 1979 foram lançadas as bases para a criação da cooperativa 16 de Junho.

Nesta fase foi notória a contradição entre o que se pretendia e a realidade. Muitas unidades de produção não passaram de uma simples pre-cooperativa<sup>16</sup>.

Os camponeses desenvolveram uma nova concepção da cooperativa e já não encaram esta como sua fonte principal de rendimentos. Vive-se neste período uma contradição entre o Secretariado para a Política Económica e o Ministério da Agricultura, quanto a estratégia a seguir para a materialização dos princípios consagrados no III Congresso<sup>17</sup>.

O movimento cooperativo vive uma crise estrutural, numa altura em que o país é flagelado pela guerra de desestabilização e calamidades naturais.

#### **2.4.4. 1983-1987 do IV congresso até ao PRE**

O sub-período seguinte teve o seu início com o IV congresso em Abril de 1983 até a introdução do PRE. Iniciou com o reconhecimento do sector familiar na produção de bens de consumo e de exportação e do sector privado. Foram redefinidas as estratégias de desenvolvimento rural e reconheceu-se a necessidade de reajustar as estratégias<sup>18</sup>.

Em 1986 começou uma série de ajustamento estruturais, com a aderência de Moçambique ao BM/FMI, em Setembro de 1984 e á ACP tendo em vista a mobilização de recursos

---

<sup>15</sup> Casal op.c:65

<sup>16</sup> Casal;1982:64-65

<sup>17</sup> Ibidem

<sup>18</sup> Serra;40, Casal;1982:74

externos para financiar um programa económico mais liberal<sup>19</sup>. Em 1985 foram liberalizado os preços das hortícolas e frutas e foi permitida a livre circulação de produtos.<sup>20</sup>

No mesmo ano, entram em vigor novos processos de ocupação de terras ( acesso privado), e o governo procura revitalizar as cooperativas e promover a criação de associações de camponeses onde não há a colectivização dos meio de produção nem terra comum<sup>21</sup> . Nas zonas verdes desenvolveram-se acções de pequenos projectos com assistência técnica e financeira de ONG's para a promoção do movimento cooperativo, do sector privado e familiar<sup>22</sup>.

#### **2.4.5. De 1987 em diante**

Em 1987 foi introduzido o PRE<sup>23</sup>. A UGC de Maputo procurou uma forma de enquadramento das cooperativas no novo quadro económico que culminou com a criação da UNAC, em 1993.

Neste período verifica-se uma maior procura de terra, na zona baixa de Infulene designada, também, por Zonas Verdes, pelo sector familiar , cujo objectivo era a sua exploração para garantir o sustento familiar. Nesta altura surgiram novas cooperativas,

---

<sup>19</sup> Green; 1989:3

<sup>20</sup> Nas zonas verdes a liberalização de preços incrementou a produção e comercialização de hortícolas o que incentivou os produtores e consequentemente aumentou o número de produtores. (Malauene,D.2002:25)

<sup>21</sup> Muthemba;1998:3

<sup>22</sup> Malauene,D;2002:26

<sup>23</sup> A Introdução do PRE, por um lado levou a liberalização da economia, por outro permitia o aumento da comercialização das hortícolas em larga escala, o que aumentou as possibilidades de lucros, mas também elevou o custo de vida para as populações urbanas. Isto é consequência da desvalorização da moeda, contenção de salários, despedimentos o que levaria a redução do poder de compra das populações. (Malauene.2002:27)

sem modelo e específico, bastando para esse caso que haja uma associação e acordo entre os camponeses<sup>24</sup>.

Um grande número de cooperativas existentes actualmente são do tipo associações de camponeses e/ou unidades de produção sem socialização dos meios de produção e da terra.

Encontramos um novo modelo de cooperativas de prestação de serviços que já eram previstas na lei das cooperativas 9/79.

---

<sup>24</sup> Ibidem,33

### III- A COOPERATIVA AGRÓ-PECUÁRIA 16 DE JUNHO: um modelo de resistência às mudanças sócio-políticas e económicas em Moçambique

#### 3.1. Introdução

No presente capítulo, pretende-se analisar a cooperativa agro-pecuária 16 de Junho, como modelo da evolução do movimento cooperativo em Moçambique. Depois da crise geral do movimento cooperativo em Moçambique, esta cooperativa conseguiu resistir, através da adopção de novas formas de exploração das terras.

A cooperativa agró-pecuária localiza-se no distrito da Matola ao longo do vale de Infulene, no bairro T-3, explorando uma vasta área da margem direita (ocidente) do rio Infulene.

#### 3.2. A Cooperativa 16 de Junho como modelo de resistência: Periodização

A criação da Cooperativa 16 de Junho enquadra-se nas recomendações das directivas do III Congresso. Também podemos enquadrá-la na história do movimento cooperativo em Moçambique.

O perfil de evolução da cooperativa 16 de Junho possui 3 formas de produção colectiva:

*1979- Machamba colectiva* neste período as populações participavam voluntariamente no trabalho da machamba, acumulavam os resultados para aplicá-los colectivamente e exploravam inicialmente 2 hectares de um terreno que outrora pertencia a um colono que o abandonara no âmbito da crise da estrutura colonial:

*» eramos cerca de 150 indivíduos quando começámos a trabalhar a terra, cada um levava da sua casa instrumentos de trabalho, sementes e até animais domésticos para criar e os primeiros resultados de trabalho depositávamos no BPD. Estas nossas economias aplicávamos na construção de infra-estruturas ( 1 escritório, armazem, 2 pavilhões para a criação de galinhas e um pavilhão para suínos)<sup>25</sup>*

Parte do rendimento das primeiras colheitas do trabalho passou a ser aplicado na compra de insumos agrícolas. Neste contexto revelava-se necessário a criação de uma estrutura para orientar e controlar as actividades.<sup>26</sup>

*1980-1982-Pré-Cooperativa* Com a criação do Gabinete das Zonas Verdes, pela resolução 85/CM/80 de 5 de Maio de 1980, pelo conselho de Ministros<sup>27</sup>, destaque para o papel desempenhado pelo padre Prosperino Gallipoli<sup>28</sup>. Os camponeses são organizados para melhor receber o apoio técnico.

Esta cooperativa era um exemplo das Zonas Verdes que se pretendia criar nas zonas urbanas em cumprimento das decisões da primeira reunião nacional das cidades e bairros comunais:

*» a criação da cooperativa não foi da iniciativa própria dos camponeses: o Grupo Dinamizador convocou uma reunião para todas as células que constituíam o bairro T-3 e informaram-nos que havia uma orientação superior para se criar uma cooperativa e esta entidade (GD) procurou terras onde pudesse ser desenvolvida a cooperativa»<sup>29</sup>.*

---

<sup>25</sup> Entrevista: bairro T-3; Isilda Nhanombe; bairro T-3:29.09.2005

<sup>26</sup> Malauene D; 2002

<sup>27</sup> Ibidem

<sup>28</sup> Falecido em 2004

<sup>29</sup> Cacilda Manhique, Entrevista; Bairro-T-3 29.09.2005

Esta cooperativa enquadrava-se também no contexto da integração da mulher no desenvolvimento do país promovido pela OMM<sup>30</sup>.

A fase do trabalho colectivo foi caracterizada por uma grande mobilização dos cidadãos com vista a aderir aos trabalhos colectivos. Mas grande parte dos integrantes deste trabalho mostraram certa incerteza, face a rentabilidade de um trabalho colectivo, como também, devido à falta de apoio por parte das entidades governamentais, o que levou a que os membros contribuíssem.

Como consequência disto, grande parte dos participantes deste movimento abandonaram a agremiação. Isto é, dos 150 associados em 1979 apenas 38 continuaram até ao período da oficialização da cooperativa em 1980, correspondendo uma permanência de cerca de 25,3%.

Gradualmente, registou-se uma nova aderência de membros e o GD retirou terras aos pequenos agricultores nas redondezas. A Cooperativa desbravou ainda mais 3 hectares numa área virgem. Nessa altura a cooperativa contava com cerca de 53 membros<sup>31</sup>. Para além destas áreas de exploração a cooperativa contava com outra zona para a agricultura de sequeiro, em Nwamatibjana<sup>32</sup>, totalizando assim 6 hectares do bloco I. As principais culturas produzidas eram: alface, beterraba, cenoura, bringela, arroz, cebola, alho, pimenta, banana, papaia e cana-doce.

Na pecuária, a cooperativa criava animais de pequeno porte. Como primeira fase, cujo início é 1980, os membros fizeram as suas contribuições com objectivo de construir

---

<sup>30</sup> No seu discurso político a Frelimo priorizou a emancipação da mulher. Portanto a participação da mulher nas actividades produtivas da cooperativa permitiu a estas mulheres a acatar muito facilmente a mensagem.

<sup>31</sup> Vide quadro 3.3 sobre a dinâmica dos membros

<sup>32</sup> Um bairro localizado a Norte do Município da Matola entre Nkobe a Sul, Matendene a Este, Ngolhoza a Norte e Siduva e Matola Gare a Oeste

aviários. Por isso, foram construídos 3 pavilhões, para 1000 pintos. Posteriormente esta entidade introduziu outra espécie, o gado suíno.

*1982-1994 Cooperativa* Com o crescimento do número dos cooperativistas, foi alargada a área de cultivo, em 1983, com a abertura do bloco II que explorava 5 hectares, 3 pavilhões para a criação de galinhas, 2 armazéns e um escritório.

Com a criação da UGC em 1982, tornou-se necessária a criação de uma estrutura organizacional sólida, estável e permanente que permitisse uma melhor planificação das actividades e a gestão da produção, de forma a facilitar a integração da cooperativa na União Geral das Cooperativas. A partir desta altura, a cooperativa passou a apresentar a seguinte estrutura:

- Presidente- Margarida Alberto
- Responsável pelas vendas- Irene Buque
- Responsável pelo sector das Finanças- Isilda Nhanombe
- Responsável pelos assuntos Sociais- Aida Chirindza
- Contabilista- Helena Nhantumbo
- Responsável pelo sector da Pecuária- Elisa Nhantumbo

### **3.3. Estrutura e funcionamento interno da cooperativa, 1980 - 1994**

A estrutura da cooperativa foi montada de acordo com as orientações do estatuto tipo, como mostra o anexo, ( assembleia geral, comissão executiva permanente e comissão de controle).

No seu funcionamento, esta estrutura contempla várias fases:

- 1980-1983 considerada etapa de cumprimento das orientações do PPI, as actividades eram executadas por todos os membros colectivamente. Neste período, os membros possuíam um certo incentivo moral, por um lado, devido ao facto de estarem a viver uma nova experiência de trabalho, por outro, a localização da cooperativa, numa zona suburbana, criando assim facilidades de mercado, numa altura em o país vivia um período de seca, fome e guerra de desestabilização.<sup>33</sup>
- Após a realização do IV Congresso da Frelimo em Abril de 1983, foi reconhecida a grande capacidade produtiva do sector familiar na produção de bens de consumo e de exportação<sup>34</sup>. Em resposta às directivas do IV Congresso o Gabinete das Zonas Verdes (GZV), em coordenação com a Direcção da Cooperativa 16 de Junho, foi aberta uma outra área de cultivo, atribuindo-se uma parcela individual para cada membro, fazendo assim coexistir o sector familiar e o cooperativo.

A partir desta altura os cooperativistas passaram a dedicar maior parte do tempo à parcela individual que lhes dava maior benefícios imediatos em detrimento da machamba da cooperativa. Os camponeses passam a não considerar a machamba colectiva, como principal fonte de rendimento, cujo produção destinava-se ao apoio de serviços sociais ou de colectividades administrativas<sup>35</sup>.

O trabalho colectivo ia sendo negligenciado e sabotado gradualmente provocando uma redução da produção e conseqüentemente dos rendimentos da cooperativa, como por exemplo o dinheiro para a compra de insumos, pagamento aos membros.

---

<sup>33</sup> Casal;op cit:72,Paiva;1995:64, Abrahamsson e Nilsson;1994:74. A guerra constituiu uma motivação para o abandono da agricultura de sequeiro na região de Nwamatibjana.

<sup>34</sup> Casal,op cit:74.A produção agrícola comercializada pelo sector familiar oscilava por volta de 36%.

<sup>35</sup> Casal op. cit:70

A cooperativa entrou em crise, tendo sobrevivido graças ao apoio técnico e material do técnico Italiano Prosperino, da GZV e da UGC que forneciam sementes e meios de produção:

*» começamos a trabalhar colectivamente com a assistência da Casa Agrária mais tarde chegou o apoio do técnico italiano Prosperino, que nos dava assistência técnica. Selecionou um grupo de senhoras para fazer reciclagem na União da Zona, para serem monitórias nas cooperativas. Os meios de produção como mangueiras, regadores, botâ,s quem nos fornecia era ele em nome da UGC»<sup>36</sup>.*

Os baixos rendimentos da cooperativa dificultaram, de certa forma, os pagamentos, o que levantou um clima de desconfiança<sup>37</sup> e troca de acusações de desvios de meios e de dinheiro. A partir de 1987 muitos membros desistiram da cooperativa, promovendo assim a produção familiar através da opção pela parcela individual, como ilustram os dados das tabelas 3.1 e 3.2, em anexo II.

#### **3.4. Actividades**

Para além da actividade agrícola, dedicavam-se também a pecuária. A partir de 1984, com apoio da UNICEF e da UGC, a cooperativa introduziu outro tipo de actividade, de carácter social, com a criação de uma creche para crianças dos membros da cooperativa.

A creche iniciou as suas actividades com cerca de 60 crianças, em 1990 a creche acolhia 73 crianças e em 1994, quando fechou, já possuía cerca de 150 crianças.

Este empreendimento tinha como objectivo principal, facilitar o trabalho das mães cooperativistas e promover a educação pre-escolar das crianças dos membros:

<sup>36</sup> Julieta Lurdes, membro fundadora e presidente da cooperativa. Entrevista; T-3:27.09.05.

<sup>37</sup> Neste período verifica-se um alto grau de desvios dos apoios recebidos para o uso pessoal

*» para facilitar o trabalho das mães, abrimos a creche. No princípio escolhemos a vovó Rosita para ficar com as crianças dos cooperativistas, enquanto as mães trabalhavam. Esta fornecia alimentação as crianças. A entrada da criança era mediante pagamento de uma taxa simbólico de 30 meticas em 1984 e em 1985 passou para 60 meticais.»<sup>38</sup>*

O funcionamento pleno da creche foi devido ao apoio da UGC e UNICEF. Mais tarde, em 1994 estas instituições retiraram o seu apoio. A creche passou a funcionar em regime de mensalidades apenas. Por isso, a creche passou por uma fase de crise, porque os membros não honravam os compromissos. Passaram a faltar mantimentos para as crianças e como consequência a creche fechou.

Em 1985 a cooperativa introduziu outra actividade ligada ao ensino, alfabetização de adultos<sup>39</sup>. O principal objectivo desta actividade era elevar o nível de escolaridade dos seus membros (particularmente saber ler, escrever e o uso correcto da língua oficial).

*» valeu me apena e experiência de ter passado pela escola. Quando me casei não sabia assinar, quando tratei o meu primeiro BI também fui obrigado a usar o dedo para impressões digitais, mas hoje sei ler e escrevo bem como falo correctamente a língua portuguesa»<sup>40</sup>*

Mas por falta de professores<sup>41</sup>, como resultado das fragilidades das estruturas de apoio levou a que a actividade fosse interrompida em 1990 e consequentemente o centro de alfabetização foi encerrado (ver a tabela 3.3.).

---

<sup>38</sup> Meldina Mathe.responsável da creche(1984-95). Entrevista; T-3:15.09.05

<sup>39</sup> Oficialmente, esta actividade teve o seu arranque a 10 de Abril de 1985

<sup>40</sup> Meldina Mathe. Alfabetizanda. Entrevista;T-3.15.09.05.

<sup>41</sup> Grande parte dos professores desistiram por falta de pagamentos.

### 3.5. Aplicação dos resultados

Em cumprimento do previsto na lei 7/79 de Junho, nos artigos 21 e 22 e no estatuto tipo, o resultado líquido de cada ano era dividido pelos membros. Os valores pagos eram variáveis. O seu pagamento, tinha como critério os dias de trabalho:

*»Vendíamos os produtos e a contabilista ia depositar no BPD os valores líquidos da venda, depois de retirármos a parte inerente os investimentos e outros custos. No final do mês levantava-se o lucro e dividíamos. Não recebíamos o mesmo valor porque só pagavam os dias em que a pessoa trabalhava<sup>42</sup>»*

O valor/mês variava entre 2 mil a 2mil e quinhentos meticais por cooperativista, até 1985, como mostra a folha de salários em anexo. De 1987 até 1995 o valor subiu, oscilando entre 2 500,00 MT a 3 000,00 MT.

Nas quadras festivas a cooperativa criava facilidades de aquisição dos produtos alimentares particularmente a carne que depois de abatida era vendida aos membros, por vezes, sob forma de empréstimo, que se descontava posteriormente nos salários<sup>43</sup>.

### 3.6. A nova cooperativa, 1994-2005 : Factores de reactivação da cooperativa

A partir de 1994 cultivo colectivo foi substituído pelo trabalho individual e regime do sector familiar. Nesta altura foram repartidos pavilhões e distribuídos pelos membros interessados:

---

<sup>42</sup> Julieta Lurdes. Entrevista T-3.27.09.2005.

<sup>43</sup> Relativo às actividades da Cooperativa desde a sua criação até 1994

» *Recebemos orientação da UGC que junto com a UZ apareceram na cooperativa para acompanhar o processo de repartição de terras*»<sup>44</sup>

Esta mudança enquadra-se na crise do movimento cooperativo em Moçambique, que devido à falta de apoio por parte do governo de Moçambique, para este sector foi se fragilizando, devido particularmente a introdução do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE), em 1987.

Os rendimentos familiares baixaram como por exemplo na cidade de Maputo entre Abril e Novembro de 1991<sup>45</sup> os rendimentos caíram na ordem de 15%. O poder de compra baixou, o índice de desemprego subiu bastante<sup>46</sup>.

Nesta altura, as mulheres começam a tomar uma posição cada vez mais preponderante na elevação dos rendimentos das famílias.

Por outro lado, o Estado moçambicano começa a tomar medidas de índole social como forma de minimizar o impacto do PRE, como por exemplo a criação da SEAS (Secretaria de Estado de Acção Social), que passou a monitorar vários programas tais como o programa de reunificação familiar, programa de desenvolvimento infantil, programa de alimentos e complemento salarial<sup>47</sup>.

Este último enquadra o acompanhamento ao desenvolvimento do sector familiar na Cooperativa 16 de Junho, dado o facto de se tratar de uma cooperativa de camponeses

---

<sup>44</sup> Julieta Lurdes. Entrevista. T-3.26.09.05.

<sup>45</sup> Mole; 1995:166

<sup>46</sup> A crescente privatização de empreendimentos económicos em Moçambique levou ao despedimento massivo dos trabalhadores, promovendo assim o desemprego. (Tovela; 1997:11)

<sup>47</sup> Mole; 1995:172

localizados no perímetro da cidade constituída basicamente por mulheres<sup>48</sup> desempregadas que procuravam na cooperativa uma forma de reforço dos rendimentos da família, através da exploração individual da terra e consequente colocação da produção no mercado.

O principal meio de acesso a terra, era a transformação dos exploradores da mesma em membros da cooperativa.<sup>49</sup> Pois a terra pertencia a Cooperatiava.

Assim iniciava um outro período, onde foram adoptados novos moldes de produção, de gestão de espaços e de angrariação de membros.

Um dos principais factores que contribuíram para a reactivação da Cooperativa, foi o reaparecimento de outras cooperativas da zona, enquadrando-se a nova cooperativa no esquema de organização das cooperativas da zona, que para fortificar a sua actuação formaram uma unidade de representação e apoio mútuo, composta por 16 cooperativas, nomeadamente:

- Cooperativa Combate Fome
- Cooperativa 29 de Setembro
- Cooperativa Agostinho Neto
- Cooperativa Samora Machel
- Cooperativa Oliver Tambo
- Cooperativa Massacre de Inhazónia
- Cooperativa 7 de Setembro
- Cooperativa 8 de Março

---

<sup>48</sup> Esta mudança social, tornou a acção da mulher cada vez mais notória e mais reconhecida, em particular no seio familiar, por outro lado serviu de pretexto para a eliminação de preconceitos sociais que colocavam na como doméstica e dependente do homem

<sup>49</sup> A cooperativa passou a optar por uma nova forma de gestão de espaços e de angariação de mais membros

- Cooperativa Acordo de Inkomati
- Cooperativa Khongolote IV
- Cooperativa Khongolote V
- Cooperativa Joaquim Chissano
- Cooperativa 24 de Julho
- Cooperativa 16 de Junho I
- Cooperativa 16 de Junho II

Actualmente os membros da cooperativa actuam individualmente sobre a terra, a estrutura antiga foi reorganizada, a propriedade colectiva dos meios de produção foi eliminada, por isso, já não se faz a redistribuição dos lucros de produção:

*» Agora cada membro tem a sua parcela de terra trabalha com meios próprios, de vez em quando temos recebido apoio da UGC. Cada membro gere os seus rendimentos, apenas elaboramos um relatório das actividades de cada ano»<sup>50</sup>*

A estrutura da nova cooperativa tem inspiração no estatuto-tipo: Assembleia geral, ainda que pouco regular, Comissão Permanente formada por presidente, adjunto, tesoureiro, responsável do comércio e responsável dos assuntos sociais, cujas funções são apenas representativas.

Estes membros possuem encontros semanais (quartas feiras) com representantes de outras cooperativas, que constituem a União da Zona, cujo objectivo é discutir os problemas dos associados, procurar soluções para os seus problemas e solicitar apoios à várias entidades.

---

<sup>50</sup> Cacilda Manhique, Entrevista.Bairro T-3: 29.9.05

### 3.6.1. Membros, composição etária e social

Apesar da condição imposta pela cooperativa no que diz respeito ao acesso da terra, não se registou muita aderência de membros. Esta constatação foi levantada face ao número actual de membros.

Actualmente a cooperativa funciona com um total de 22 membros repartidos em 2 blocos ( I e II ) com 12 e 10 membros respectivamente.

Em termos da composição etária dos membros, todos os membros estão acima de cinquenta anos de idade, excepto o Departamento de Segurança, formado por homens mais jovens<sup>51</sup>.

O nível de escolaridade destes membros é bastante baixo, variando de primeira à sexta classe. Esta escolaridade foi fruto das campanhas de alfabetização realizadas durante a década de 1980, como ilustra a tabela 1.1..

No período da fundação da Cooperativa agro-pecuária 16 de Junho apenas oito membros sabiam ler e escrever.

Esta configuração social da cooperativa, portanto, fraca escolaridade dos membros e constituída apenas por membros da terceira idade, tem levado a conflitos resultantes de frequentes acusações de magia tradicional, face aos baixos rendimentos agrícolas.

Grande parte dos resultados considerados maus, na arena agrícola, são resultado ou muitas chuvas<sup>52</sup>, ou de um prolongado período de falta de chuvas<sup>53</sup> ou ainda as constantes

<sup>51</sup> A responsabilidade de garantir a segurança da cooperativa foi atribuída a um grupo de homens, cujo idade varia entre 35 a 45 anos, contrariando assim a configuração etária dos membros.

<sup>52</sup> Quando a chuva cai torrencialmente grande parte das culturas são destruídas e/ou arrastadas pelas águas das chuvas.

<sup>53</sup> A seca provoca carência de água ao longo do Vale de Infulene, face a redução do caudal do rio.

pragas de borboletas. Mais devido as interpretações obscurantistas, os maus resultados são responsabilizados a magia tradicional:

*» Todos nós aplicamos insecticidas e adubos mas nossa couve é destruída por broboletas, mas existem alguma machambas onde estes bichos nem sequer passam; só pode ser essas pessoas os donos dos insectos.<sup>54</sup>»*

Como forma de ultrapassar estes conflitos a Cooperativa tem procurado soluções à vários níveis, por um lado, colabora com os técnicos da UGC no combate às pragas por outro lado, procura encontrar os responsáveis dos insectos, recorrendo as entidades ligadas a magia tradicional:

*» no ano passado chegamos a fazer contribuições de 5 mil meticais por individuo para solicitar a intervenção da AMETRAMO, mas logo que começamos a nos mobilizar nesse sentido, os donos dos insectos trataram de recolhê-los em menos de 48 horas. Em menos deste tempo já não tínhamos broboletas nas machambas, mas os seus donos nunca foram descobertos»<sup>55</sup>.*

Estas pragas trazem consequências dramáticas para os consumidores, pois tem contribuído para a subida dos preços das hortícolas nos mercados abastecidos pela cooperativa.

Por outro lado, tem levado a interpretações mágicas e/ou de feitiçaria porque os proprietários que conseguem eliminar as pragas e conseguem bons resultados beneficiam-

---

<sup>54</sup> Filomena Mathe. Entrevista. Bairro T-3: 15.09.05

<sup>55</sup> Adélia Ferreira. Entrevista. Bairro T-3: 29.09.05

se da maior procura e sobem os preços, levando a que os prejudicados levem o fenómeno a estas interpretações:

*» Elas destroem as culturas dos outros, para provocar carência e estimular a procura, pois eles chegam a vender um canteiro por 200 mil meticais<sup>56</sup>.»*

Através deste fenómeno podemos tirar as nossas constatações: a cooperativa (membros e direcção) é apenas uma entidade representativa, pois neste contexto de conflitos ela mostra – se impotente<sup>57</sup>. Isto porque ela não é capaz de tomar uma posição racional que beneficie todos os membros. Cada membro procura resolver o problema das pragas recorrendo a recursos próprios. Por isso enquanto um vai combatendo a praga na sua machamba as borboletas passam para outra machamba e vice versa.

Seria tarefa da cooperativa (direcção) mobilizar os membros no sentido de contribuírem valores ou mobilizar apoios e/ou eliminar as interpretações mágicas, como forma de combater os focos de conflitos e eliminar de forma definitiva as pragas.

### **3.6.2. A questão do género**

Desde o período da criação sempre existiu uma grande disparidade entre o número de homens e mulheres, na configuração dos seus membros.

Dos 38 membros que fundaram a cooperativa um era do sexo masculino o que corresponde a 2,6% do total.

---

<sup>56</sup> Adélia Ferreira. Entrevista. Bairro T-3: 29.09.05

<sup>57</sup> As interpretações pensamos nós, que são resultado do nível de escolaridade que possuem os seus membros. E a cooperativa como uma entidade que defende os interesses dos membros deveria tomar medidas com vista a combater as pragas de forma colectiva.

Este fenómeno é explicado pelo facto da sociedade moçambicana, defender o preconceito de que o trabalho doméstico e agrícola é das responsabilidades da mulheres.

Este facto, tem implicações na configuração dos elementos de direcção: a primeira presidente da cooperativa foi Margarida Cacilda, sucedida por 3 individuos também do sexo feminino.

Esta estrutura orgânica tem contribuído para o afastamento cada vez mais de homens desempregados ou reformados, temendo se submeter às ordens de pessoas do sexo feminino<sup>58</sup>

*» Eu fui sempre desempregado, minha mulher entrou na cooperativa em 1983. Eu nunca ia fazer mesmo trabalho com a minha mulher. Com que cara iam me olhar os outros homens? Se tiver que trabalhar na machamba prefiro voltar para província e não aqui na cidade, ainda por cima os rendimentos são muito baixos.»<sup>59</sup>*

Este conflito de género tem interpretação recíproca. Pois as mulheres também nunca manifestaram vontade de serem acompanhadas pelo homens nas suas actividades de membros:

*» Os homens quando chegam aqui na cooperativa querem logo serem chefes. Agora que já fizemos tudo. Quando construíamos estávamos sozinhas. Fizemos todo trabalho sozinhas, até aquele que seria para os homens.»<sup>60</sup>*

---

<sup>58</sup> Este fenómeno pode ter também várias explicações : baixo nível de escolaridade, preconceitos masculinos, e ainda a questão das remunerações, pois embora exista uma tabela oficial de remunerações para o sector agrícola, o trabalhadores da cooperativa ganham salários abaixo da tabela.

<sup>59</sup> Francisco Macucule. Entrevista Bairro T-3. 1.10.05

<sup>60</sup> Adélia Ferreira. Membro fundadora. Entrevista Bairro T-3

Estas interpretações preconceituosas cimentam cada vez mais as diferenças do género no seio da cooperativa. Para além da questão da superioridade do homem<sup>61</sup> negada pelas mulheres os homens são conotados como os mais propensos para os desvios e roubos:

*»Em 1990 desapareceu uma máquina de costura e supôs-se que o responsável pelo furto foi o senhor que então trabalhava como guarda, uma vez que pouco tempo depois do roubo ele desapareceu»<sup>62</sup>*

Embora se possa observar uma relação conflituosa nas relações de género entre os membros<sup>63</sup> da cooperativa, a dinâmica de actividades dentro da cooperativa, permite ilustrar outro cenário: no dia a dia da cooperativa podemos observar o incremento de boas relações entre homens e mulheres nas suas actividades, destacando a presença de homens em actividades tais como abertura de valas de drenagem, carregamentos e transporte de produtos do sector de produção para o mercado.

Este envolvimento, do sector masculino, primeiramente era feito através de campanhas de mobilização através do GD, onde os homens apoiavam a cooperativa na abertura de valas de drenagem e limpeza do rio Infulene. Actualmente, é feito de forma individual, em troca de valores monetários.

Portanto, a dinâmica sócio-económica contribuiu bastante para a eliminação das fronteiras sociais entre homens e mulheres, abrindo espaço para uma aproximação cada vez mais necessária.

---

<sup>61</sup> Actualmente em face deste conflito só existem 2 homens na cooperativa com função de guarda.

<sup>62</sup> Relatório de contas, 1990.

<sup>63</sup> Este conflito apenas pode ser identificado no ingresso de homens como membros da Cooperativa e trabalhadores efectivos. O que pode ser justificado pelo baixo numero de membros e trabalhadores com o sexo masculino

#### IV. Considerações finais

O estudo da cooperativa agró-pecuária 16 de Junho é sintomático para as mudanças que se operaram em Moçambique desde a independência, como também ilustra-nos um exemplo das Zonas Verdes, que o governo de Moçambique propunha se criar no pós independência.

O estudo mostra que os problemas vividos pelo movimento cooperativo são os mesmo independentemente da sua localização (portanto tanto na cidade assim como na campo os problemas foram os mesmos).

O desenvolvimento desta cooperativa passou por várias etapas que concidentimente o movimento cooperativo em geral passou por elas: de machamba colectiva, pre-cooperativa e cooperativa.

Esta cooperativa tem um aspecto que a torna mais ímpar: após a crise<sup>64</sup> do movimento cooperativo em Moçambique ela adoptou um modelo de produção que a tornou resistente<sup>65</sup> a esta crise.

A partir de 1997 a cooperativa passou a atribuir a responsabilidade na produção ao sector familiar procurando a cooperativa como entidade de apoio e assistência de várias instituições como a UGC e as ONG's.

Este modelo de resistência faz parte de uma estratégia adoptada pela direcção da cooperativa, no sentido de rentabilizar as terras e facilitar a gestão dos recursos, espaços e bens pertencentes a Cooperativa, evitando assim, o saque dos mesmos.

---

<sup>64</sup> Esta crise é resultado de mudanças nas políticas económicas

<sup>65</sup> Embora também tenha sido vítima desta crise ela adoptou este modelo como forma de encontrar mecanismo mais eficaz para a sua resistência

Esta estruturação revitalizou cada vez mais o movimento cooperativo na região do Vale de Infulene. O que levou à criação de uma entidade cada vez mais maior, como forma de fortificar a resistencia em relação as pressões exteriores, a UZ.

A UZ é uma entidade que procura defender os interesses do movimento cooperativo na actualidade, através de várias acções desde auscultações aos seus membros, apoio moral e canalização das preocupações dos membros para várias entidades.

Por isso, aderência da Cooperativa 16 de Junho neste movimento tem um impacto positivo, porque veio fortificar cada vez mais a estrutura da cooperativa pois grande parte dos problemas da cooperativa tem uma abordagem na UZ.

Com esta estrutura a Cooperativa consegue se enquadrar na actual política económica. Os membros desta cooperativa viraram a sua produção para fim comerciais.

Este modelo tem levado a uma concorrência, por um lado, entre os membros da Cooperativa<sup>66</sup>, por outro, entre estes e os membros de outras associações de agricultores, pela colocação dos seus produtos nos mercados.

A baixa representatividade masculina, na Cooperativa não pode ser vista como uma exclusão do género masculino, mas sim, faz parte de um conflito que de forma prática não tem tido enquadramento, na dinâmica de actividades sócio-económicas, tanto no seio da cooperativa como também fora dela. A luta pela sobrevivência tem constituído um dos grandes factores que contribui para a eliminação deste aparente conflito de género.

---

<sup>66</sup> É importante salientar que esta nova estrutura permite assegurar apoios institucional aos membros, apenas, mas a colocações dos produtos no mercado é responsabilidades de cada membro.

## V. Bibliografia

### 1. Entrevistas

Adelina Ferreira. Actual responsável da Produção.

Local: T-3. Data:28.08.05

Cacilda Manhique.Actual presidente do Bloco I e membro fundador.

Local:Bairro T-3. Data:30.09.05

Edmundo Mondlane.ex membro

Local:T-3. Data:30.09.05

Filomena Mathe. Membro desde 1983.Responsável pelo sector de vendas e finanças.

Local: Bairro T-3. Data:15.09.05

Francisco Macucule. Conjugue de uma ex cooperativista.

Local:BairroT-3. Data.01.10.05

Isaura Guissimusse. Ex cooperativista

Local: Bairro T-3. Data:20.09.05.

Isilda Nhanombe.Membro fundadora e presidente da cooperativa(1987-1995)

Local:Bairro T-3.Data:29.09.05

Júlia Luis. Actual responsável de assuntos sociais e do sector da pecuária.

Local: Bairro T-3. Data: 27.08.05

Julieta Lurdes. Membro fundadora e presidente da cooperativa (1984-1999)

Local: Bairro T-3. Data 27.08.05

Lina Paulo.Membro fundadora e actual vice- presidente da cooperativa desde 1999

Local: Bairro T-3. data:26.08.05.

Lúcia Spinola. Ex - cooperativista

Local:Bairro T-3. Data:26.09.05

Margarida Alberto. Membro fundadora e presidente da cooperativa(1980-1986) e actual presidente da UZ.

Local: Bairro T-3. Data:29.09.05.

Meldina Mathe. Ex - cooperativista, responsável pelo sector de produção e da creche (1983-1996)

Local: Barro T-3. Data: 15.09.05

Regina Mathe. Membro fundadora e actual presidente desde 1999.

Local: Bairro T-3. Data: 28.09.05

## **2. Livros e artigos publicados**

ABRAHAMSSON, H e NILSSON. 1994. *Moçambique em Transição*. Centro de Estudo Estratégicos e Internacionais do Instituto Superior Internaciona. Maputo.

CASAL, A. 1991. Discurso Socialista e Camponeses Africanos: legitimação política e ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). In *Revista Internacional de Estudos Africanos n° 14/15*, pp 35-76

FRELIMO. 1976. *Conselho de Produção da Unidades de Produção e das Secções*. Maputo.

GREEN, R. 1998. *A Dimensão Social do Reajustamento, a Pobreza e em Moçambique: estudo do impacto do pre sobre os grupos populacionais desfavorecidos*. Maputo: CEA

HERMELE, K. 1987. *O Ponto de Partida: diferenciação rural e estratégias de desenvolvimento. Apontamento sobre Moçambique, 1974-1977*. Maputo: CEA.

MACHEL, S. 1979. *Façamos de 1989-1990 a Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento*. Maputo: colecção palavra de ordem.

MOLE, P. N. 1994. O Impacto Social do Program de Ajustamento Económico. In Castelo-Branco. *Moçambique em perspectiva económica*. Maputo: UEM/ F. Ebert

PAIVA, J. F. 1997. *Economia e política: Moçambique e as instituições da Bretton Woods*. Maputo.

SERRA, A. Sd. Moçambique e a Transição para o Socialismo. In *Economia e Socialismo*, pp37-44.

## **2. Relatórios e artigos não publicados**

Cooperativa 16 de Junho. Relatório de Actividades da Cooperativa desde a sua criação até 1994

Cooperativa 16 de Junho. Relatório de Actividades de 1990

Gabinete de Organização e Direcção das Cooperativas de Produção Agrícolas.1979.

Projecto de estatuto para as cooperativas de produção Agrária.

Ministério da Agricultura. 1976. Primeiro Seminário Nacional de Cooperativas. Documento Informativo. CEA

Ministério da Agricultura. Organização do Movimento Cooperativo Agrário

Ministério da Agricultura. Contribuição para o Programa de Cooperativização

## **4. Legislação**

Assembleia Popular. 1980. Lei das cooperativas.

## **5. Teses**

ADAM, Y.1986. *Cooperativização agrícola e Modificação das Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique*. Dissertação, Licenciatura. Maputo: UEM/ Faculdade de Letras.

GASPAR. N. 2001. *Evolução do Sistema Bancário em Moçambique, 1975 a 1992*, Dissertação, Licenciatura em História, 2001. Maputo: UEM/Faculdade de Letras.

MALAUENE. D. 2002. *As relações de Género na Agricultura Urbana: caso das zonas verdes de Maputo, 1998-2000*. Dissertação em Licenciatura em História, 2002. Maputo: UEM/ Faculdade de Letras.

MUTHEMBA. M.J. 1998. *Cooperativas Agrícolas em Moçambique, no pós Independência: o caso da cooperativa 25 de Setembro em Boane*. Dissertação, Licenciatura em História. Maputo: UEM/ Faculdade de Letras.

SATO. M. 1987. *Development of Cooperatives in independence Zimbabwe: With additional reference to the experiences in Swaziland and Mozambique*. Tese, Phd. Leeds: University Leeds.

SIMIÃO. F. V. 2001. *Projecto de Desenvolvimento agrário de Inhassune/Ramalhusca: contexto e impacto sócio-económico*. Dissertação, Licenciatura em História. Maputo: UEM/ Faculdade de Letras.

TOVELA. A. N. 1997. *O Subsídio de Alimentos do Gabinete do apoio à população Vulnerável ao nível da Cidade de Maputo, 1997*. Dissertação, Mestrado. Lisboa. Instituto Superior de Ciências do Trabalho de Empresas de Lisboa.

## **VI. Anexos**

I. Guião de Entrevista

II. Tabelas: 1.1. Nível de escolaridade dos Membros da Cooperativa

3.1. Rendimento da Cooperativa em MZM, 1988 a 1993

3.2. Dinâmica dos membros 1980 a 2005

III. Folha de salários dos membros da Cooperativa

# Anexos

**GUIÃO DE TRABALHO DE CAMPO PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO  
DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA: 10 DE AGOSTO DE 2005**

**TEMA: Movimento cooperativo em Moçambique no pós-independência: A Cooperativa Agro-pecuária 16 de Junho como modelo de resistência às mudanças políticas e económicas - 1980-2000.**

**I. Composição da entrevista**

- a) A entrevista será realizada em vários locais:
- Sede da Cooperativa 16 de Junho;
  - Residências dos antigos membros;
  - Sede e Escritórios da UGC;
  - Sede da União da Zona
- b) Abrangerá antigos e actuais membros da Cooperativa e actuais responsáveis
- c) Haverá uma notificação prévia aos entrevistados sobre os objectivos da entrevista

**II. Metas**

- a) Obter informações sobre a criação da Cooperativa e os condicionalismos da selecção local:
- Ter acesso a dialogar com várias individualidades ligas às cooperativas
  - Obter autorização da realização do trabalho

**III. Procedimentos e registo de dados**

- a) Primeiro far-se-á a apresentação e explicação dos objectivos do trabalho

b) Recolha da identificação do informantes se necessário, de acordo com o modelo abaixo.

Nome

Completo.....

idade..... sexo.

naturalidade.....residência.....ocupação.....

c) Identificar com clareza o local, data, recolha de dados: província, distrito, entrevista nº, data e local.

#### **IV. Levantamento de questões**

1. Actualmente o Governo tem vindo a mostrar um interesse na revitalização das cooperativas. O que acha sobre esse assunto?
2. Já foi membro da cooperativa? Por quanto tempo?
3. Que motivos o levaram a aderir à cooperativa?
4. Aquando da criação da cooperativa como funcionava?
5. Como era feita a repartição dos bens?
6. Para além da actividade agrícola que outras actividades desenvolvia?
7. Recebiam algum apoio? Donde provinha?
8. A partir de 1984 introduziram parcelas individuais em paralelo com a cooperativa. Que vantagens e desvantagens trouxe para os membros e para a própria cooperativa?
9. Em 1994 abandonaram definitivamente o trabalho colectivo, passando à actual forma de exploração da terra. Que comparação faz entre as duas formas no que diz respeito aos rendimentos e vantagens?
  - a) Que vantagens existem nesta nova forma?
10. Quais são os principais problemas que atravessam?

#### **V. Outros dados**

1. Qual era o clima de relações entre os membros?
2. Que incentivos têm vindo a receber?

III. Legislação: Lei das cooperativas 9/79.

### Tabelas

Tabela.1.1. Nível de escolaridade dos membros da cooperativa em 1985.

Escolaridade	Nº de membros
6 <sup>a</sup>	1
5 <sup>a</sup>	2
4 <sup>a</sup>	5
3 <sup>a</sup>	1
2 <sup>a</sup>	11
1 <sup>a</sup>	20

Fonte: Cooperativa 16 de Junho;1985/Folha de pagamento

Tabela 3.1. Rendimentos da cooperativa em dinheiro de 1988 a 1993

Ano	Rendimento
1988	3.160.102, 00 Mts
1990	4.995.826,00 Mts
1993	1.854.700, Mts

Fonte : Cooperativa 16 de Junho, Relatório, 1994

**Tabela 3.2. Dinâmica dos membros**

Ano	N ° de membros
1980	38
1982	53
1983	52
1984	42
1985	44
1986	42
1987	29
1988	23
1990	21
2005	22

Fonte: Compilados pelo autor, colhidos em relatórios da Cooperativa 16 de Junho

**Tabela 3.3. Número de alfabetizandos e o seu aproveitamento pedagógico**

Nível	1985		1986		1987		1988		1989	
	Nºde alunos	Aprova- dos	Nºde alunos	Apro- vados	Nºde alunos	Apro- vados	Nºde alunos	Apro- vados	Nºde alunos	Apro- Vados
I	14	7	7	7	6	6			10	5
II	12	6	13	10	10	8			8	3
III	6	6	6	5	11	7			12	6
Total	32	19	26	22	27	21			30	14
	% de aprov.	59%		84%		77.7%				46.6%

Fonte: Cooperativa 16 de Junho: dados compilados em relatórios anuais



# MUNICÍPIO DA MATOLA

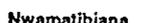


DIVISÃO ADMINISTRATIVA (3 POSTOS ADMINISTRATIVOS E 42 BAIRROS)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

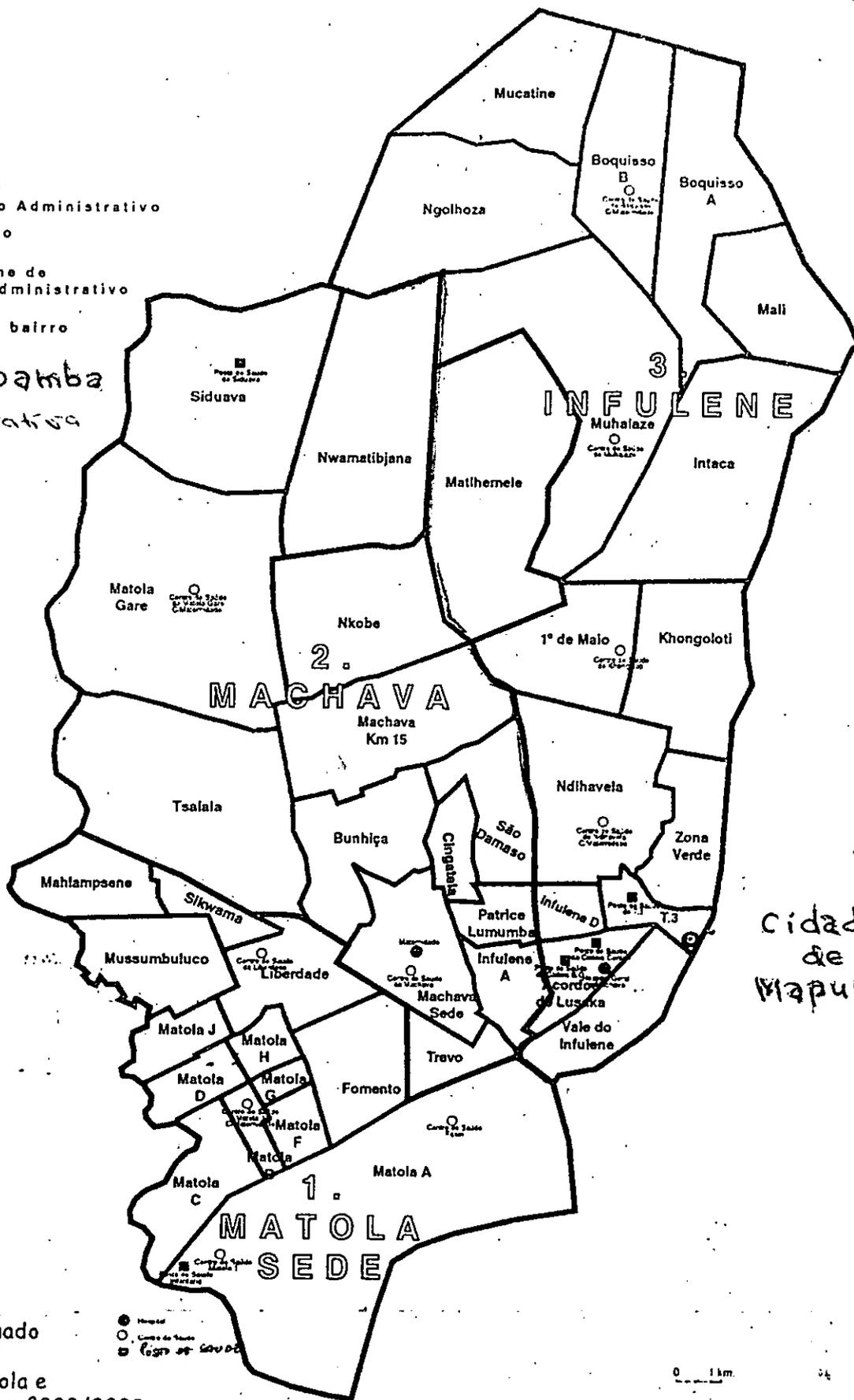
 Limites:  
 de Posto Administrativo  
 de Bairro

 n.º e nome do  
 Posto Administrativo

 nome de bairro

Moamba

0 Sede da cooperativa  
 16 Junho



Cidade de Maputo

Mapa de limites  
 Administrativos efectuado  
 pelo Gabinete de  
 Endereçamento da Matola e  
 aprovado pela Resolução nº009/2003  
 da Assembleia Municipal da Matola

 Escola  
 Centro de Saúde

0 1km

TRABALHADOR  
 Homens \_\_\_\_\_  
 Mulheres \_\_\_\_\_  
 Menores \_\_\_\_\_  
 Estrangeiros \_\_\_\_\_  
 Total dos trab \_\_\_\_\_

REPUBLICA POPULAR DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DO TRABALHO  
**RELAÇÃO NOMINAL**  
 (PORTARIA Nº 178, DE 30.13.78)

Nome completo: M. Apito  
 DE PRODUÇÃO: BARRRO  
 DE ACTIVIDADE: ABRO  
 QUE PERTENCE: peculiar  
 COD. 1: \_\_\_\_\_  
 COD. 2: \_\_\_\_\_

Apelido	Nome completo	Idade	Sexo	Estado	N.º B. L. ou Passaporte	Nacionalidade ou Nacionalidade	Data adm.	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		Habilitações literárias	Salário, mensal ou metral	Descontos legais	Abono de família	Purificação	Remuneração líquida	Número de pessoas a cargo				
								Profissão	Categoria											
31	Alberio	45	67	68	69	77	31	37	43	44	53	54	58	59	64	68	74	78	79	81
1	Margarida Alberio	36	f	cascaes	5017	chinesa	24/12/73	Domileza	estudo	1º classe	2500,00						2500	9		
2	Teone Salvador	44	m	Solteiro	91169	Quissico	16/1/79			1ª classe	"						8000	11		
3	Isilda Louz	31	f	Solteira	175090	Portuguesa	9/7/78			1ª classe	"						2700	11		
4	Arlene Natário	33	f	Solteira	276078	Portuguesa	12/1/78			1ª classe	"						2500	10		
5	Rida Chirinda	35	f	Solteira	430564	Portuguesa	9/11/83			1ª classe	2000,00						3000	8		
6	Maria Rosalina Rasena	30	f	Solteira	899215	Portuguesa	20/1/79			1ª classe	"						2000	9		
7	Julia Maria	45	f	Viúva	696985	Portuguesa	28/6/78			1ª classe	"						2000	9		
8	Filomena Chaula	45	f	Solteira	385535	Portuguesa	28/6/78			1ª classe	"						2000	13		
9	Neli Luvari	43	f	Solteira	649307	Portuguesa	28/6/78			1ª classe	"						2000	10		
10	Arcelis Ernesto	34	f	Solteira	2812459	Portuguesa	15/1/70	Domileza		1ª classe	3000,00						2000	6		
11	Belina João	39	f	Solteira	656592	Portuguesa	12/1/83	Domileza		1ª classe	2000,00						2000	4		
12	Caçula Rezendas	42	f	Casada	2913018	Portuguesa	15/8/81			1ª classe	2000,00						2000	16		
13	Rosa Maria	35	f	Solteira	2920228	Portuguesa	1/6/78			1ª classe	"						2000	10		
14	Margarida Isabel	31	f	Solteira	3508624	Portuguesa	8/6/79			1ª classe	"						2000	9		
15	Ria Mariana	31	f	Solteira	2764225	Portuguesa	9/6/79			1ª classe	"						2000	16		
16	Rosita Simão	37	f	Solteira	2924277	Portuguesa	29/3/80			1ª classe	"						2000	9		
17	Isaura Alberio	35	f	Solteira	3111385	Portuguesa	6/1/80			1ª classe	"						2000	16		
18	Barbina Duarte	37	f	Solteira	2840821	Portuguesa	30/3/78			1ª classe	"						2000	10		
19	Julieia Ilu	47	f	Solteira	8993939	Portuguesa	23/1/80			2ª classe	"						2000	6		
20	Abiminda Machado	34	f	Solteira	663304	Portuguesa	14/5/80			1ª classe	"						2000	4		
21	Janete João	30	f	Solteira	2590071	Portuguesa	26/1/76			1ª classe	1800,00						2000	4		
22	Alina Juliana	39	f	Solteira	687225	Portuguesa	22/7/73			1ª classe	2000,00						3000	13		
23	Falsonina Andrade	39	f	Solteira	68118	Portuguesa	26/7/79			1ª classe	"						1000	10		
24	Isabel Araújo	36	f	Solteira	22297	Portuguesa	20/5/80			1ª classe	"						2000	6		
25	Alisa Filiz	30	f	Solteira	861146	Portuguesa	21/1/79			1ª classe	"						2000	11		
26	Alisa João	45	f	Solteira	287328	Portuguesa	21/1/80			1ª classe	"						1000	11		

O preenchimento desta relação consultem-se as instruções constantes no verso.  
 Assinatura: Margarida  
 Data: 30/13/78

